



O CONCEITO DE FRONTEIRA NA HISTORIOGRAFIA ESTADUNIDENSE NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4086

Ederson Fernando Milan dos Santos, UEM

Resumo

O conceito de fronteira assume significados diversos conforme a disciplina ou a área do conhecimento com a qual está relacionada. Dessa forma, o conceito se desdobra em subdivisões, de acordo com o contexto ao qual se relaciona. Assim, esta comunicação tem por objetivo discutir o conceito de *fronteira* na obra de historiadores estadunidenses do final do século XIX e início do século XX, especificamente dois, Frederick Jackson Turner e Ray Billington Allen. Este trabalho é teoricamente embasado a partir da metodologia da História dos Conceitos, visando traçar as relações entre os dois autores, bem como problematizar o contexto no qual seus escritos foram produzidos. O conceito de fronteira é problematizado ao se definir, na discussão, um determinado sentido para uma realidade ou contexto maior. Dessa forma, Frederick Jackson Turner discute a *frontier thesis* não apenas enquanto processo de expansão e movimento da fronteira, mas como um verdadeiro “mito de origem” do povo estadunidense, onde o *self made man*, o pioneiro colonizador avança sobre os territórios inóspitos e o domina com seu esforço e com isso leva a civilização nos locais onde existe a selvageria. Ray Allen Billington produz sua obra sob uma perspectiva similar à tese da fronteira de Turner, ampliando as discussões acerca do processo de movimento da fronteira. Dessa maneira, busca-se compreender como foram produzidas determinadas interpretações sobre os processos de expansão da fronteira nos Estados Unidos, escritas no final do século XIX e início do século XX.

Palavras Chave:

Fronteira; História dos
Conceitos; Estados
Unidos.

Frederick Jackson Turner, historiador estadunidense, definiu o Oeste como seu objeto de pesquisa, sendo que seus estudos foram estruturados a partir do que ficou conhecido como *frontier thesis*. Essa tese trata, grosso modo, da conquista do Oeste americano, do encontro entre a civilização e a natureza em estado selvagem e como o pioneiro europeu passou por um processo de americanização, ao se encontrar inserido nesse ambiente.

No ano de 1893, apresentou seu mais famoso ensaio, *The Significance of the Frontier in American History*, traduzido no Brasil como *O Significado da Fronteira na História Americana*. Esse pequeno ensaio, de não mais de 40 páginas, apresenta um verdadeiro “mito de origem”, ao considerar o Oeste como um ponto de extrema importância para o estudo e análise do desenvolvimento dos Estados Unidos.

As ideias de Turner se desdobraram e encontraram adeptos e opositores. Turner, durante sua vida acadêmica, focou sua produção e pesquisa para a escrita de artigos e ensaios curtos, sendo que em torno de 40 anos (desde a publicação do ensaio de 1893 até o ano de sua morte em 1932), publicou apenas três livros. Com isso, inúmeros temas e questões, como a participação da mulher na construção da sociedade do Oeste ou o massacre e

“desestruturalização” das sociedades indígenas, para citar os mais controversos, não são abordados em pormenores ou com grandes problematizações em sua obra. Esses temas foram discutidos por seus críticos, anos após a sua morte. O inverso também é verdade, seus escritos não abordavam a fundo determinadas questões, que foram ampliadas pelos seus alunos e adeptos de suas ideias, que produziram a partir da perspectiva da *frontier thesis*.

Um dos adeptos das ideias de Turner foi seu aluno e amigo Ray Allen Billington, que podemos considerar como

um fervoroso turneriano. O livro de Billington, cujo primeiro capítulo é analisado neste trabalho, é intitulado *Westward Expansion: A History of the American Frontier*, sem tradução para o português, possui aproximadamente 760 páginas e mostram uma verdadeira expansão da *frontier thesis* de Turner. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é compreender como foram produzidas determinadas interpretações sobre os processos de expansão da fronteira nos Estados Unidos, escritas no final do século XIX e início do século XX.

A obra de Turner trata, basicamente, do movimento da fronteira de colonização dos Estados Unidos. Assim, temos uma distinção entre a *frontier* e a *border*, ambos traduzidos como *fronteira*, mas com significados diferentes. Para critérios de diferenciação, o termo *border* é utilizado para identificar a fronteira de um país em relação a outras soberanias. As sucessivas aquisições e tomadas de terras pelo governo dos Estados Unidos (Compra da Louisiana, Guerra México-Americana, Compra Gadsden, etc), representam a expansão da *border*, do território. Para demonstrar o processo de desbravamento e colonização, é utilizado o termo *frontier*. Essa distinção também é importante ao analisar o fato que a expansão da fronteira de colonização não seguiu o mesmo ritmo da expansão do território. Dentro da obra de Turner, a *frontier thesis* é estruturada sobre como ocorreu o movimento da *frontier*.

Para produzir sua obra, utiliza diversas fontes que não eram de uso comum em sua época. *O Significado da Fronteira na História Americana* começa com uma análise do relatório do censo de 1890, indicando que a partir desta data, não era mais possível se falar em uma linha de fronteira (TURNER, 2004, p. 23). Dessa forma, a expansão para o Oeste havia alcançado seu limite e não haviam mais terras livres para desbravar, sendo que o desenvolvimento americano só foi possível, segundo Turner, por causa dessa

expansão contínua.

Até os dias de hoje, a história americana foi em grande medida a história da colonização do Grande Oeste. A existência de uma área de terra livre, sua retração contínua e o avanço da colonização em direção ao Oeste explicam o desenvolvimento americano. (TURNER, 2004, p. 23)

De acordo com Turner, o Oeste Americano era considerado uma área de *wilderness*. Essa ideia de *wilderness* está ligada à ideia do selvagem, da natureza intocada, do espaço “não-civilizado”. Não existe uma tradução literal desse termo para o português, sendo que as palavras que mais se aproximam são “silvestre”, “selvagem”, “deserto”, “intocado” e “inculto”, embora nenhuma dessas palavras consiga captar o sentido eventualmente neutro ou sentimento positivo que a palavra inglesa pode ter (TURNER, 1990, Nota do Tradutor).

Dessa maneira, o avanço ao longo dessa linha de fronteira envolvia o pioneiro em uma região inóspita, que apresentava severos obstáculos à sobrevivência. Essa linha de fronteira era o contato entre o civilizado e o selvagem e do resultado desse contato surgia um novo produto, totalmente americano. Isso porque o pioneiro precisava se adaptar a essa área de *wilderness*, alterando seus costumes e suas técnicas.

Essa região selvagem, conforme Turner, envolve o pioneiro. É um organismo quase consciente, pois reconhece esse pioneiro enquanto europeu nos seus hábitos e começa um processo de transformação, adaptando-o a nova realidade.

A *wilderness* domina o colono. Ela reconhece o colono como europeu na indumentária, nas indústrias, nas ferramentas, nas modalidades de viajar, na forma de pensar. Retira-o do vagão de trem e o coloca em uma canoa de madeira. Tira-lhe as roupas da civilização, guarneçando-

o com camisa de caça e mocassim. Põe o colono na cabana dos índios cheroquis e iroqueses e levanta uma paliçada indígena em torno dele. Logo ele começa a plantar milho indígena e a arar a terra com um bastão afiado; ele brada o grito de guerra e escalpa à moda indígena ortodoxa. (TURNER, 2004, p. 25)

De acordo com Turner, esse processo de adaptação é necessário, pois o meio ambiente na fronteira é hostil ao europeu, devendo este aceitar suas condições ou não sobreviver. Para isso, é necessário seguir trilhas e roças indígenas. Durante esse processo, a *wilderness* também é transformada pela ação do pioneiro, sendo que o resultado não é a Velha Europa, mas um novo produto, tipicamente americano (TURNER, 2004, p. 26).

Assim, o Oeste é entendido como elemento crucial para o processo de americanização, pois quanto mais o pioneiro adentra a região inóspita, mais americano se torna. Esse “novo americano” precisa de transporte e comunicação com o Leste. Essa necessidade fez com que ocorresse a colonização dessas áreas, onde foram fundadas novas cidades, novos entrepostos de comércio, estações de trens, agências de telégrafos, entre outros.

As sucessivas linhas de fronteira e a postura que o pioneiro tem diante da terra são denominadas por Turner como “evolução social da fronteira” (TURNER, 2004, p. 32). O pioneiro preza a liberdade e as possibilidades que as terras livres do Oeste oferecem. Porém, essa liberdade é ameaçada quando chega a próxima leva de colonização, sendo que esse pioneiro parte adiante, em busca de novas terras.

Descrito por Turner, esse processo aponta que por primeiro chega o pioneiro, que cultiva a terra para seu sustento e de sua família, constrói uma cabana de madeira, reúne algumas famílias de hábitos similares e utiliza a terra até seu esgotamento ou até que a vizinhança

creança e ele sinta a necessidade de mais espaço. Esse pioneiro então parte adiante, sendo que a próxima leva de migrantes constroem benfeitorias simples, como moinhos, escolas e estradas. Após essa onda de migração, chegam os homens proprietários de empresas e capitais, compram os patrimônios construídos nessas regiões pelos colonos, que se tornam, eles mesmos, proprietários de capitais e empresas. Os vilarejos “evoluem” até se tornarem cidades, com edificações de alvenaria, universidades e igrejas.

Essas transformações, sociais e econômicas, permitem que a política também passe por um processo de transformação. De acordo com Turner, “enquanto existirem as terras livres, a oportunidade para a concorrência existe e a força econômica garante a força política” (TURNER, 2004, p. 49). Essa afirmação aponta para a importância da legislação agrária e das relações de produção no processo de colonização. Essa legislação, vigente nos Estados Unidos do período, permite que o pioneiro disponha de sua mão-de-obra conforme melhor lhe convier. A partir dessa premissa, Turner discute que a democracia americana se desenvolveu no Oeste, sendo que “o advento da democracia como força efetiva da nação veio com a preponderância do Oeste, com [Andrew] Jackson e William Henry Harrison” (TURNER, 2004, p. 48).

De acordo com Turner, a democracia americana surge das características individualistas e antissociais do Oeste, pois para o autor, a fronteira é geradora do individualismo. A região inóspita da *wilderness* obriga que as relações sociais complexas do Leste a se reorganizarem em um modelo primitivo baseado na família, em uma tendência antissocial, engendrando a antipatia ao controle direto. Assim, esse individualismo da fronteira fomentou a democracia (TURNER, 2004, p. 48).

Somada a essa discussão sobre a “evolução social da fronteira”, Turner

descreve as diferentes linhas de fronteira e suas características. Essas fronteiras se distinguem como “fronteira do mercador, fronteira dos rancheiros, fronteira dos mineiros e fronteira dos lavradores” (TURNER, 2004, p. 33). O ritmo de expansão foi diferente para cada uma dessas linhas, pois enquanto o mercador negociava com os povos indígenas, para além dos Montes Alegânes, o lavrador estava limitado a este obstáculo geográfico, principalmente por causa das dificuldades em relação ao transporte e à sobrevivência.

Essa noção de diferentes linhas de fronteira e sua expansão desigual é importante, pois o mercador, ao abastecer o indígena com armamentos, permite uma maior resistência por parte destes frente aos rancheiros e lavradores. Mas, contribui também para o processo de desintegração das comunidades indígenas, ao introduzir vícios, como o álcool, nessas comunidades. Esse processo teve a colonização como uma consequência importante, pois de acordo com Turner, “os registros de várias colônias da Nova Inglaterra mostram como esse comércio levou constantemente à exploração dessas paragens selvagens” (TURNER, 2004, p. 33).

Esse processo de colonização foi trágico para os indígenas. Turner aponta que essas forças destruidoras da civilização penetraram na *wilderness* e causaram severas fissuras nas sociedades indígenas. Os lavradores alcançaram as regiões habitadas pelos povos indígenas e encontraram essas sociedades armadas com espingardas, fornecidas pelos mercadores. Segundo Turner, “a fronteira mercantil, enquanto minava constantemente o poder dos índios, deixando por fim as tribos na dependência dos brancos, deu, ainda assim, aos indígenas, a partir da venda de armas, um poder crescente de resistência à fronteira agrícola” (TURNER, 2004, p. 34).

A fronteira agrícola avançou de forma lenta e irregular. Um dos fatores era

a resistência indígena. Outro fator foram as dificuldades de expansão devido aos obstáculos naturais de rios e cordilheiras. Além disso, um elemento importante é denominado de “força de atração desproporcional dos centros de fronteira” (TURNER, 2004, p. 36), que seriam as terras férteis e bem situadas, bem como as jazidas de sal e postos do exército. Assim, a fronteira agrícola estava limitada à proximidade com o Leste, para aquisição de produtos e proteção, situação que durou até que o transporte foi melhorado e a resistência indígena quase eliminada.

O ensaio é encerrado por Turner com a discussão sobre alguns dos efeitos da fronteira na sociedade estadunidense. Um desses efeitos seria “a formação da nacionalidade complexa do povo americano” (TURNER, 2004, p. 41). Dessa forma, quanto mais ao Oeste o pioneiro se dirigia, mais americano se tornava nos costumes, técnicas e tradições políticas. O europeu que vinha para a América precisa se libertar dos traços característicos da Europa e se adaptar ao novo continente.

Outro efeito da fronteira discutido por Turner mostra que o avanço da fronteira diminuiu a dependência com a Inglaterra. Essa questão envolve as regiões estadunidenses, pois tanto o Norte como o Sul necessitavam da importação dos mais variados gêneros de produtos. Assim, quanto mais a fronteira avançava ao Oeste, maior a dificuldade e os custos para a Inglaterra levar seus produtos diretamente aos consumidores, o que abriu espaço para novos comerciantes. Além disso, a necessidade de gêneros alimentícios possibilitou a diversificação da agricultura.

A formação intelectual do povo americano foi mais um efeito da fronteira, de acordo com Turner. A partir de relatos de viajantes e pioneiros, além da produção de obras literárias de autoria de Fenimore Cooper e Mark Twain, para citar os mais conhecidos, os americanos desenvolveram traços intelectuais próprios, descrevendo

os locais da maneira que eram na época da colonização e como esses locais se encontravam após alguns anos. Foi a fronteira que permitiu ao americano desenvolver os principais traços do seu intelecto.

Outro efeito da fronteira discutido por Turner refere-se à legislação agrária, ao apontar que “pode-se afirmar com segurança que a legislação relativa às terras, às tarifas e às reformas internas (...) foi condicionada pelas ideias e necessidades da fronteira” (TURNER, 2004, p. 45). O *Homestead Act*, traduzido como Lei da Propriedade Rural, de 1862, é um exemplo. Essa legislação instituía a distribuição de 160 hectares de terras aos colonos que estivessem dispostos a cultivá-los por um período de 5 anos. Com a expansão das terras para o Oeste, surge a necessidade de expansão dos transportes, comunicação, postos de comércio, fortes militares, acompanhados por uma transformação das ideias políticas. Esse último é considerado por Turner como um dos mais importantes efeitos da fronteira, o processo de democratização dos Estados Unidos. Para ele, a fronteira gerou a democracia americana.

A partir dessas perspectivas de Frederick Jackson Turner, podemos observar claramente que a influência de sua obra, seja para concordar ou discordar, não pode ser ignorada. Foram muitos autores que se basearam em suas proposições para desenvolverem suas próprias ideias.

Um desses autores é Ray Allen Billington. Sua obra é composta por livros e artigos produzidos sob as considerações de Turner acerca do movimento da fronteira. Para este trabalho, é analisado o primeiro capítulo do livro intitulado *Westward Expansion: A History of the American Frontier*, sem tradução para o português.

Billington inicia seu livro com uma discussão a respeito da *frontier thesis*, partindo do imaginário do termo fronteira

presente em livros e filmes. Para o autor, esse imaginário foi um dos elementos que auxiliaram na formação da civilização dos Estados Unidos. Esse imaginário está envolto em uma atmosfera criada a partir das imagens de indígenas e suas pinturas corporais, mulheres com vestidos berrantes sanfonados, *cowboys* bons de tiro e pérfidos vilões. Nesse imaginário, a fronteira é um local romanceado, porém, nenhuma força fez mais para americanizar a nação e as instituições do que os sucessivos processos de renascimento da civilização ao longo de toda a linha de colonização, durante os três séculos necessários para a ocupação do território.

O primeiro diálogo com a obra de Turner vem com uma análise da *frontier thesis*, a qual Billington denomina *Frontier Hypothesis*. Billington foi aluno e amigo de Turner e compartilha da visão sobre o processo de desenvolvimento dos Estados Unidos a partir da fronteira. Porém, Billington realiza algumas considerações sobre a continuidade da obra de Turner por seus alunos, principalmente pelos mais entusiasmados, ao afirmar que poucos concordariam que o movimento para o Oeste em direção às terras livres explicaria, por si mesmo, o desenvolvimento americano. Para Billington existem outros fatores que precisam ser levados em consideração, tais como uma persistência dos traços herdados da Europa, bem como uma influência de vários grupos étnicos que ali se encontravam (BILLINGTON, 1967, p. 3).

A interpretação sobre a *frontier thesis*, interpretada por Billington, aponta para a fronteira como sendo uma área geográfica que se desloca para Oeste a partir do Oceano Atlântico até o Oceano Pacífico, durante um período de três séculos. Esse processo gera os efeitos que modelaram a sociedade estadunidense, onde os limites da colonização avançaram sobre a *wilderness*. A definição oficial de fronteira utilizada pelo serviço estatístico do Censo afirma que, geograficamente,

compreende uma área com aproximadamente 1 a 4 habitantes por quilômetro quadrado. Os primeiros serviços de pesquisa realizados pelo Censo nas regiões de fronteira datam de 1790.

Ao abordar essa definição, Billington dialoga com a obra de Turner, ao apontar para os diferentes tipos de fronteira, que representavam as habilidades dos que partiam ao Oeste em busca da exploração de seus recursos naturais. Billington afirma que de acordo com a força que o movimento para o Oeste foi conquistando, surgiram alguns tipos de fronteira, cada uma com seu papel distinto no avanço da civilização (BILLINGTON, 1967, p. 3).

Turner aponta para quatro tipos de fronteira, sendo breve na descrição de cada uma delas. Distingue em fronteira do mercador, fronteira do rancheiro, fronteira do mineiro e fronteira do lavrador. Billington analisa os mesmos quatro tipos de fronteira, porém é mais descritivo. De acordo com Billington, a fronteira dos mercadores foi a que iniciou o processo de movimento sobre a *wilderness*. Esse tipo de fronteira, porém, pouco alterou a paisagem, pois avançaram muito rápido. Buscavam mais a solidão das florestas do que a companhia de outros. A fronteira dos rancheiros também pouco contribuiu para alterar a paisagem, embora sempre estivesse presente nos sucessivos processos de expansão.

Os mineiros ingressaram os caminhos abertos pelos mercadores e pelos rancheiros. A fronteira dos mineiros era dependente da exploração de jazidas minerais, sendo um avanço desordenado em relação aos outros tipos de fronteira. Os mineiros formaram um tipo distinto de fronteira, sempre dispostos a se mover, no momento que fosse necessário. Foram, nos locais onde haviam minas para serem exploradas, responsáveis pelo surgimento de muitas cidades.

A fronteira dos lavradores foi a última a seguir o avanço para o Oeste.

Diferente dos outros tipos de fronteira, os lavradores não tinham como objetivo se adaptar ao meio ambiente, mas conquistá-lo, sendo que as florestas e prados eram apenas um obstáculo a ser transposto. Esses lavradores odiavam os mercadores, por estes terem fornecido aos povos indígenas armas de fogo e bebidas alcoólicas. O desejo desses lavradores era ver o extermínio das populações indígenas, que eram considerados por eles como um entrave à expansão da lavoura. Muitos desses lavradores preferiam a solidão da *wilderness* à companhia de outros, mas muitos assentamentos em conjunto foram montados, pois era de senso comum que um grande número de colonos reunidos apresentava uma maior segurança, além de contribuir para a melhoria do terreno.

Outro ponto de diálogo que Billington trava com a obra de Turner é o processo a partir de uma “evolução social da fronteira”, onde sucessivas levas de migração alteram a paisagem e levam a expansão mais ao Oeste. Billington, ao descrever esse processo, aponta que após o pioneiro limpar o terreno, trabalhar na terra e construir as primeiras habitações rústicas, é tomada por uma sede de viagens, o que o faz seguir adiante. Esse desejo de locomoção é motivado por uma série de motivos, tais como o desgosto pela civilização, possibilidades de melhores terras ou esperança de mais ganhos. Muitos desses pioneiros mudavam de casa seis ou mais vezes durante a vida (BILLINGTON, 1967, p. 6).

O processo de evolução da fronteira, segundo Billington, seguiu a partir da venda destes terrenos pelos pioneiros para os homens que possuem algum capital e se deslocam para as regiões próximas às áreas agrícolas, com a intenção de se estabelecer no local e desenvolver essas regiões recém-adquiridas. Com isso, continuam o processo de limpeza, constroem melhores casas, cercam os terrenos e melhoram as

estradas. As terras destinadas para o plantio crescem a cada ano, aumentando a produção e gerando excedentes e riquezas para a comunidade.

Dessa forma, Billington traça uma relação entre o avanço da fronteira agrícola com o próprio desenvolvimento econômico dos Estados Unidos. Conforme o avanço e a conquista sobre a *wilderness* ocorriam, uma sociedade se desenvolvia, com manufaturas, capital acumulado, cidades, instituições, práticas governamentais e culturais. A partir desse momento, os lavradores haviam acumulado capital suficiente para pagar por serviços que antes eram realizados por eles mesmos (BILLINGTON, 1967, p. 2).

Dessa maneira, para Billington, a fronteira urbana foi uma parte importante do processo de colonização, tanto quanto a fronteira agrícola. As cidades, segundo o autor, apareciam sempre que as oportunidades surgiam. Muitas dessas cidades não diferiam em aspecto com as cidades do Leste, mas diferiam muito nas questões econômicas, sociais e políticas (BILLINGTON, 1967, p. 6).

Entre Turner e Billington, há grande diferença nesta discussão sobre os diferentes tipos de fronteira. Para Turner, essa evolução social da fronteira aponta para um processo sucessivo, onde cada qual segue ordenadamente seu padrão de conquista. Billington discorda dessa questão, afirmando que as motivações e comportamentos são muito complexos para se enquadrarem em uma fórmula. Assim, para Billington, o processo de expansão pode ser visualizado a partir de dois grupos, os que tinham a intenção de *utilizar* a natureza e os que pretendiam *subjugar* a natureza. Cada um dos grupos abrange um grande leque de ocupações, sendo que cada linha de fronteira agia como uma grande “colmeia”, onde as especializações necessárias para desenvolver a civilização eram aplicadas sem ordem definida (BILLINGTON, 1967, p. 8).

Assim, dentro das perspectivas

produzidas sobre a fronteira estadunidense no final do século XIX e início do século XX, temos uma visão que apresenta um encontro entre o que era considerado como civilização e o que era considerado como *wilderness*. As consequências desse encontro foram várias, sendo que a mais importante, dentro da tese da fronteira, aponta para o desenvolvimento das instituições democráticas estadunidense, graças ao isolamento que os pioneiros encontravam no Oeste, que gerava uma tendência antissocial que se desdobrou em uma antipatia pelo controle e dominação diretos. Somada a essa tendência, a força econômica do Oeste possibilitou o desenvolvimento de uma nova força política.

Dentro desse processo, observa-se que as terras livres da América receberam uma intensa onda de imigração da Europa, onde colonos europeus estavam interessados nas possibilidades de melhoria econômica ou uma chance por aventura. Após as primeiras ondas de migração para o Oeste, os habitantes do Leste iniciam um novo processo migratório, levando consigo as estruturas políticas, sociais e econômicas, elemento básico que estrutura a sociedade que esses novos colonos deixam para trás. No entanto, em meio a *wilderness*, essas relações e estruturas complexas não encontram lugar, sendo necessária uma nova organização social, de características primitivas, o que reverte o homem a um

estado natural, sendo necessário buscar novos usos para os recursos naturais e adaptando velhas técnicas ao novo ambiente. Esse processo, segundo Turner, foi um dos principais fatores que permitiram o surgimento de um novo homem, tipicamente americano, não mais vinculado aos padrões europeus, que se encontravam obsoletos no novo ambiente.

Dessa forma, para Turner, Oeste e fronteira tinham o mesmo significado, representando as terras consideradas como livres. O sucessivo avanço da fronteira aponta o momento que em as terras livres eram ocupadas e novas linhas de fronteira se deslocavam mais a Oeste. O conflito “civilização x selvagem” era o cerne, o que, grosso modo, representava o movimento da colonização. Após os primeiros conflitos, a ordem se estabelecia e a democracia encontrava seu lugar para florescer. Segundo Turner.

Referências

BILLINGTON, Ray Allen. **Westward Expansion: A History of the American Frontier**. New York: The Macmillan Company; London: Collier-Macmillan Limited, 1967.

TURNER, Frederick Jackson. O Significado da Fronteira na História Americana. In: KNAUSS, Paulo (org.) **Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner**. Niterói: EdUFF, 2004.

TURNER, Frederick W. **O Espírito Ocidental contra a Natureza: Mito, História e as Terras Selvagens**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.